

A escravidão e seu legado historiográfico no Piauí

Solimar Oliveira Lima¹

A classe trabalhadora não existe na formação social do Piauí. Passados quase 100 anos do início do processo de ocupação por fazendeiros oriundos da Bahia e Pernambuco, ainda era possível, segundo autoridades dos Setecentos, constituir grandes latifúndios para o pastoreio sem uso de trabalho. A visão de terras propícias, abundantes e pouco exigentes de labuta pareceu dominar o imaginário coevo e se cristalizou em germinal esforço de elaboração intelectual voltado a registrar experiências edificantes dos dominadores de campos e pacificadores de nativos bravos. Em pouco menos de meio século, quando quase não havia mais índios para combater e nada por ocupar, estava constituída a Capitania e sua história. Sem trabalho nem trabalhadores, a sociedade piauiense revelar-se-ia panteão de exitosos desbravadores e de seus descendentes. Homens destemidos e honrados súditos formariam fazendas e fortunas, mantidas por seculares gerações, em harmoniosa convivência com a natureza e com os poucos habitantes de suas propriedades.

Ainda que ignorados ou desqualificados na história construída, havia outros personagens discretamente referenciados em alguns escritos. Eles aparecem nas propriedades labutando, como decantado em relatos, de sol a sol, ao lado de fazendeiros paternalistas desde os tempos do desbravamento. Trabalhadores negros (escravizados e libertos), índios, brancos e mestiços de múltiplas qualidades haviam cruzado o São Francisco vigiando rebanhos e penetrado os sertões para serem vaqueiros e roceiros. Curiosamente, apenas na década de 1970 fomos convidados pelo historiador Monsenhor Joaquim Chaves a conhecer, de fato, nossos trabalhadores. Em “Vaqueiros e roceiros”, Monsenhor Chaves² propõe a reescrita da história do Piauí tendo como referência o povo, o pobre; e provoca a história e os historiadores para limpar o passado e o futuro das visões distorcidas do tradicionalismo. A leitura do texto, ainda no final da década de 1980, quando recém-ingresso como professor na Universidade Federal do Piauí (UFPI), trouxe a certeza sobre o que eu queria ser em minha trajetória acadêmica: um historiador da história do povo na história do Piauí.

Desde então, tenho diversificado meu olhar para temas historicamente tratados como periféricos na academia e busquei, nestes anos, a lealdade com diferentes sujeitos maltratados ao longo da história. Tenho mantido a fidelidade crítica com meus referenciais teórico-metodológicos sem perder a capacidade de recepção e diálogo com outros. Creio, sobretudo, que consegui, em que pese a pluralidade da minha produção acadêmica, uma identidade como pesquisador e,

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, s.olima@bol.com.br.

² CHAVES, J. R. F. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

a partir dela, tenho animado a pesquisa sobre o tema que considero o mais importante na minha trajetória: a escravidão negra no Piauí. A escolha pelo tema-referência da vida acadêmica é fortalecida com o processo de qualificação iniciado no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob orientação do Professor Mario Maestri. Nos primeiros anos da década de 1990, o Núcleo de História Social, coordenado pelo orientador, e a convivência com um significativo número de pesquisadores fortaleceu o ímpeto para pesquisa, que se concretizou com a dissertação “*Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul*” que, no formato livro, recebeu o Prêmio Açorianos, em 1998.³ O retorno à UFPI em 1993, como mestre, possibilitou a manutenção da linha de pesquisa com orientações de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e pesquisas, agora direcionadas ao Piauí.

Retornei à PUCRS no final da década de 1990 para o doutoramento, concluído em 2001. Antes, entretanto, a articulação de professores e discentes de diferentes cursos da UFPI potencializou uma rede de mobilização em torno de atividades sobre o enfrentamento ao racismo no País, que culminou, em 1995, na instituição do Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência (IFARADÁ), do qual fui o primeiro coordenador. A escravidão negra, desde então, tem se constituído uma linha de pesquisa consolidada no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Contudo, as experiências voltavam-se para o nível de graduação, das áreas de saúde, ciências sociais aplicadas e humanidades. O amplo leque de possibilidades de diálogos constituídos gerou, ainda que com aprofundamento limitado, um significativo número de produções de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. Porém, um reduzido número de iniciados permanecia na carreira acadêmica ou com a temática quando decidiam prosseguir a trajetória. A realidade, já naqueles idos, parecia impor uma primeira constatação sobre a temática no estado. A escravidão aparece, por diferentes (des)motivações, como tema pouco atraente a novos pesquisadores.

Um avanço qualitativo nas pesquisas sobre escravidão no Piauí foi possível com o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, instalado em 2004, onde, desde então, sou professor do quadro permanente. Embora um suposto esforço pessoal para consolidar a linha de pesquisa tenha atraído pesquisadores, o interesse tem sido muito reduzido, o que me leva a conjecturar, todos os anos frente às listas de selecionados, que tal fato se deve à minha escolha teórico-metodológica. Entretanto, consultando sobre egressos da UFPI - que na graduação pesquisaram escravidão - que optam pela pós-graduação em outras instituições, percebo que apenas um ou outro permanece com a temática. A constatação melancólica de reduzido número de pesquisadores do tema tem acentuado meu interesse em anos recentes em conhecer o estado da

³ LIMA, S. O. *Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul. 1818-1833*. Passo Fundo: UPF, 2006.

escrita destes pesquisadores. Refiro-me, particularmente, ao momento histórico em que passei, modestamente, a influenciar e referenciar pesquisas e narrativas sobre as relações escravistas na sociedade piauiense. Assim, o interesse voltou-se para a leitura do que fora produzido recentemente, em especial para a tendência das pesquisas e da historiografia que começou a se concretizar na última década no Piauí, mais precisamente na UFPI, e, a partir de seus egressos, em outras instituições. As leituras revelaram que permanece a tendência histórica de poucos textos e que não conseguimos formar uma dúzia de pesquisadores dedicados ao tema. O mais preocupante, neste período, para além da quantidade, é que as produções, em que pesem múltiplas possibilidades na pós-graduação, revelam-se limitadas no campo teórico-metodológico.

Convém ressaltar que a existência de reduzidos textos e autores proporcionou à historiografia da escravidão no Piauí um crescimento substancial da produção e dos pesquisadores, considerando os últimos 50 anos. Esta tendência para o pouco, salvo engano, resulta de uma postura, no passado e no presente, de desqualificação do tema, que decorre de posição ideológica. No passado, a invisibilidade dos sujeitos escravizados na vida social em registros e sistematizações de diferentes épocas reforçou e referenciou interpretações no campo historiográfico que buscaram negar ou desvalorizar a força de trabalho negra na formação social do Piauí. Desta feita, a presença negra entre nós deve ser buscada em referências gerais sobre a sociedade piauiense nos períodos colonial e imperial. Nesta perspectiva, e tomando como exemplo roteiro particular de leituras, destaco, inicialmente, algumas referências que se tornaram clássicas na historiografia do Piauí e que se constituem leituras obrigatórias para a compreensão da história do trabalho e dos trabalhadores na sociedade escravista piauiense.

Trata-se de um conjunto de fontes (manuscritos, relatos, memórias e sínteses históricas), de diferentes épocas que apresentam as características do estado do Piauí nos primeiros séculos de sua história. Nelas, é possível, encontrar o que chamo de notícias dos escravizados. Para o século XVII, temos a “*Descrição do certão do Paeauhy remetida ao Ilmo^o e Rm^o Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco pelo padre Miguel de Carvalho*”, de 1697.⁴ No século XVIII, podemos encontrar o “*Diário da viagem de regresso para o reino, de João da Maia da Gama, e de inspeção das Barras dos Rios do Maranhão e das Capitânicas do Norte*”, de 1728⁵; o “*Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitânia do Piauhy*”, supostamente de autoria de João Pereira Caldas e de 1762,⁶ e a “*Descrição da Capitania de São José do Piauí*”, do ouvidor Antônio

⁴ ENNES, E. *As guerras nos Palmares: subsídios para sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

⁵ MARTINS, F. A. O. *Um herói esquecido: João da Maia Gama*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944.

⁶ REVISTA DO IHGB. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitânia do Piauhy*. Rio de Janeiro, t. LXII, parte I, 1900.

José de Moraes Durão, de 1772.⁷ No século XIX, destacam-se a “*Memória relativa às capitanias do Piauí e Maranhão*”, por Francisco Xavier Machado, de 1810,⁸ a “*Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*”, por José Martins Pereira D’Alencastre, de 1855,⁹ os relatos dos viajantes Spix e Martius, que passaram pelo Piauí em 1822¹⁰ e de George Gardner, de 1838.¹¹

No início do século XX, podemos encontrar a primeira, e talvez a mais importante e ainda insuperada, síntese histórica do Piauí, escrita por Pereira da Costa, com primeira edição em 1909: “*Cronologia histórica do estado do Piauí*”.¹² Nas primeiras décadas deste século, podemos encontrar várias produções de intelectuais, algumas importantes para a historiografia piauiense, como a obra de Abdias Neves, por exemplo; porém, notícias sobre a população negra em particular, neste período, salvo engano, podem ser encontradas em a “*História das religiões no Piauí*”, de Higino Cunha, de 1924.¹³ A partir do início da década de 1950 e meados de 1970, aumentaram, dentre os intelectuais, os esforços de produções utilizando com maior intensidade o corpus historiográfico.

Neste contexto, aparecem na historiografia piauiense as primeiras produções que tratam diretamente da escravidão, deixando de ser esta apenas notícia nos textos. Em 1966, saiu a primeira edição de “*Pesquisas para a história do Piauí*”, de Odilon Nunes, que traz, no volume 4, um capítulo dedicado à análise das relações escravistas no Piauí.¹⁴ Em 1971, monsenhor Chaves publicou “*A escravidão no Piauí*”. Trata-se da primeira obra dedicada exclusivamente ao tema na historiografia piauiense.¹⁵ Produções acadêmicas sobre a escravidão no Piauí começaram a aparecer a partir da década de 1980. Em 1985, Luiz Mott publicou uma obra reunindo sete artigos apresentando documentos inéditos sobre o Piauí colonial; dentre eles, a carta da escravizada Esperança. Trata-se de contribuição fundamental para a compreensão da atividade pastoril e da presença negra nas fazendas de gado. Reputo como a mais importante produção no percurso do conhecimento historiográfico sobre a escravidão no Piauí pela capacidade de desconstrução de mitos estabelecidos sobre o pastoreio e a

⁷ MOTT, L. R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1985.

⁸ REVISTA DO IHGB. *Memória relativa às capitanias do Piauí e Maranhão*. Rio de Janeiro, t. XVII, n. 13, 1854.

⁹ REVISTA DO IHGB. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Rio de Janeiro, t. XX, 1857.

¹⁰ SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

¹¹ GARDNER, G. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

¹² COSTA, F. A. P. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

¹³ CUNHA, H. *História das religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924.

¹⁴ NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁵ CHAVES, op. cit.

escravidão; embora, em rigor, não se constitua obra sobre as relações escravistas.¹⁶

Entre os anos 1995 e 2005, apareceram no formato livro três trabalhos oriundos de conclusão de pós-graduação que considero como centrais para a compreensão das relações escravistas no Piauí: “*Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*”, publicado em Teresina pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves em 1995, de Miridan Brito Knox Falci;¹⁷ “*O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*”, também publicado em Teresina, pela Editora da Universidade Federal do Piauí, em 1999, de Tanya Maria Brandão;¹⁸ e “*Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí. 1822-1871*”, publicado em Passo Fundo (RS), pela Editora da Universidade de Passo Fundo (UPF), em 2005, de Solimar Oliveira Lima.¹⁹ Com estas três obras, estruturou-se o que se convencionou denominar, na historiografia piauiense, a historiografia clássica da escravidão no Piauí, formada pelos historiadores Odilon Nunes, monsenhor Chaves, Luiz Mott, Tanya Brandão, Miridan Falci e Solimar Lima. Esta historiografia estabeleceu as bases do debate sobre as relações escravistas na formação social. Em que pesem refinadas variações teórico-metodológicas e concepções analíticas, os escritos concentraram-se no mundo rural, apontaram a predominância da violência e revelaram a complexidade das relações escravistas instituídas em duas formas de cativeiro, o público e o privado, na sociedade piauiense. O conhecimento sobre o mundo rural e as fazendas pastoris escravistas no Piauí, a partir destas obras, encontra-se consolidado.

O legado desta historiografia parece impor certo consenso sobre as experiências dos escravizados nas fazendas e sítios, não sendo mais admissíveis leituras que neguem a presença negra, desvalorizem o trabalho escravizado ou ressaltem paternalismo. Entretanto, apesar de sólido e indiscutível avanço destes registros historiográficos, na última década surgiram outros títulos acadêmicos de jovens historiadores sobre a escravidão negra no Piauí, em regra, do ponto de vista político, construídos acriticamente no arrastão de tendências historiográficas nacionais e que, salvo engano, apontam para uma fragmentação do fenômeno e relegam, deliberadamente, o conhecimento acumulado associado ao materialismo histórico. Comentarei, a seguir, de forma breve, as principais características de obras referenciais de novos historiadores e reafirmarei aqui o que já disse em eventos ou escrevi sobre as produções.²⁰ Os comentários seguem a ordem cronológica de produção dos textos, possibilitando aos leitores perceber

¹⁶ MOTT, op. cit.

¹⁷ FALCI, M. B. K. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁸ BRANDÃO, T. M. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Edufpi, 1999.

¹⁹ LIMA, S. O. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí. 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

²⁰ LIMA, S. O. (Org.). *Historiografia da escravidão negra no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2015.

a evolução do pensamento e as tendências da historiografia. Embora alguns autores tenham avançado em produções, as obras comentadas se constituem referências consolidadas na historiografia. Duas já se constituem, de fato, leituras obrigatórias; dentre outros motivos, porque pautam a tensão ideológica que passa a existir explicitamente em torno do tema na produção recente.

A primeira, “*Batuque na rua dos negros*”, de Mairton Celestino da Silva, que se origina de dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, em 2008,²¹ rompe com a tradição da historiografia clássica piauiense sobre a escravidão ao deslocar o olhar para as relações escravistas na cidade. Com diversificadas fontes históricas, o autor traçou um quadro geral de Teresina no final do século XIX e apresentou as condições para a instalação da nova capital, transferida de Oeiras, delimitando o cenário da urbanidade para uma compreensão do modo de trabalhar e viver dos escravizados. Ao animar a cidade escravista, enquanto categoria, o autor voltou-se para o teor das relações sociais. Nesse aspecto, a obra também é inovadora. Na historiografia clássica, percebe-se um consenso sobre o caráter violento, explícito e latente do sistema escravista no Piauí; entretanto, é possível identificar duas tendências de percepções sobre as relações senhor-escravizado tendo como referência as fazendas particulares e as do Império. Mesmo para defensores do bom cativo nas fazendas públicas, os castigos corporais e a exigência de disciplina determinavam o cotidiano dos escravizados nas fazendas. No cativo, eram comuns as manifestações de resistência dos escravizados para superar o domínio senhorial. Mairton Celestino da Silva segue percurso distinto ao apontar outra função social para a resistência. Apoiado na sua percepção das relações escravistas a partir das especificidades do espaço citadino, o autor revela no cativo piauiense o escravizado que protesta para negociar. A partir de fontes sobre o aparato de segurança pública e de controle social na cidade, “*Batuque na rua dos negros*” identifica espaços de liberdade e conflitos que se manifestavam nas necessidades de autonomia e afirmação dos negros, escravizados e libertos, como sujeitos sociais. Nesta concepção, as sociabilidades reinventavam existências permitindo a imposição de limites à exploração. Os negros, independentemente da condição jurídica, com suas manifestações culturais, concretizavam ações simbólicas de resistência e acomodação ao sistema vigente. Mairton Celestino da Silva, com suas ideias, traz para a historiografia piauiense uma visão que referencia a tendência dominante na historiografia recente sobre a escravidão e pauta, sem dúvidas, a luta de ideias na historiografia piauiense sobre o teor das relações escravistas.

A segunda, de 2009, resulta de minha primeira orientação sobre o tema na pós-graduação, sendo também a primeira a tratar do tema no Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. Francisca Raquel da Costa defendeu a

²¹ SILVA, M. C. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. Teresina: Edufpi, 2014.

dissertação “*Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*”, A contribuição historiográfica de Francisca Raquel da Costa é - como deve ser a de toda produção científica -, inicialmente, técnica. A ampla e diversificada base de fontes indica rigoroso trabalho de levantamento e sistematização de informações. Essa característica é compreendida pela autora como uma necessidade estrutural para a análise empreendida. A densa organização documental se fez acompanhar de uma capacidade para articular, com coerência, os fenômenos reveladores da temática. O trabalho de seleção e visibilização das fontes revela, ao longo do texto, um seguro fio condutor para a compreensão do teor das relações escravistas no Piauí.²²

Francisca Raquel da Costa, voltando-se às relações sociais de produção, é a primeira historiadora da escravidão piauiense a tratar exclusivamente da resistência negra. A historiografia clássica da escravidão negra no Piauí tratou da resistência como um tema fundante das relações sociais; porém, as diferentes manifestações aparecem de forma secundária nos escritos. A autora dedicou à resistência não só a centralidade, mas um número de páginas - embora ainda insuficiente - que apresenta uma cartografia das múltiplas possibilidades de enfrentamento do controle senhorial pelos escravizados. As manifestações de resistência, cotidianas e quase invisíveis, ganham, no texto, a força que de fato possuíam frente à violência senhorial, explícita e latente. Francisca Raquel da Costa, em verdade, avança na temática quando apresenta o processo das manifestações com início, meio e fim. Este procedimento permite não só identificar as modalidades da resistência, mas, sobretudo, as estratégias e táticas - como diriam alguns - utilizadas pelas classes sociais no complexo contexto das vilas, dos povoados e das fazendas. A resistência dos escravizados, cotidiana e espontânea, aparece na obra como instrumento de negação da escravidão. Os trabalhadores resistiram para sobreviver e para superar o sistema de dominação. A resistência é o legado dos escravizados. A visão da resistência é o legado da historiadora.

A partir destas duas obras parece consolidar-se na historiografia uma polaridade; por um lado, produções realizadas sob minha orientação, tendo como referência o materialismo histórico; por outro, uma produção crescente, marcada por característica revisionista das relações escravistas pautada em visões de sociabilidades inclusivas de escravizados tomando como referência experiências focalizadas e culturais. Vejamos, sucintamente, o foco destas produções. Em 2012, Talyta Marjorie Lira Sousa defendeu no Programa de Pós-Graduação em História da UFPI a dissertação “*Filhos do sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*”. Segundo o texto, estes espaços de sociabilidades

²² COSTA, F. R. *Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: Edufpi, 2014.

aproximavam as diferenças e desvelavam estratégias de inclusão social e cultural para escravizados e libertos. A ludicidade das festas sacras e profanas permitiam vivências e experiências que possibilitavam melhoria nas condições de existência na dinâmica e complexa ordem escravocrata.²³

Em 2013, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, Déborah Gonçalves Silva defendeu a dissertação “*Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)*”. A historiadora é responsável pela inserção de duas tendências historiográficas. A primeira é o deslocamento da capital para municípios do estado; a segunda, sob a influência de historiografia que defende uma convivência harmoniosa no sistema escravista, introduz a análise de experiências cotidianas assentadas nas relações familiares como forma de sobrevivência e resistência. A análise, salvo engano, embora voltada para a sustentação de existência de rede de sociabilidades - o que inclui garantia de direitos, melhoria das condições de vida e mesmo a liberdade - parece indicar, com exatidão, a percepção da escravaria sobre a instabilidade desta suposta rede no sistema escravista. A proximidade cotidiana entre as classes e a vida regrada, e com privações, para senhores e escravizados, não escondiam os limites para expectativas, menos ainda o sentido e o significado das relações possíveis estabelecidas por uma pequena parcela dos escravizados. Sim, para poucos. Tratavam-se, portanto, de experiências individuais e não para o conjunto dos escravizados, mesmo na pequena vila de São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí.²⁴

Em 2016, Francisco Helton de Araújo Oliveira Filho defendeu no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará a dissertação “*Cativos do sertão: a família escrava na freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca, Piauí - (1850-1888)*”. O trabalho, assim como o de Déborah Gonçalves Silva, busca compreender as relações escravistas a partir das experiências sociais tecidas pelos cativos através dos arranjos familiares e afetivos, das relações de compadrio e amizades, bem como dos significados e das estratégias estabelecidas para manter ou formar laços familiares.²⁵ Ainda em 2016, Mairton Celestino da Silva defendeu no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco tese sobre a conquista

²³ SOUSA, T. M. L. *Filhos do sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. 2012. 245f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

²⁴ SILVA, D. G. *Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)*. 2013. 112f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

²⁵ OLIVEIRA FILHO, F. H. A. *Cativos do sertão: a família escrava na freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca, Piauí (1850-1888)*. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

portuguesa dos atuais territórios do Maranhão e do Piauí. Buscando uma análise sistêmica, o autor volta-se para a administração colonial lusitana e seus interesses de controle das áreas. O trabalhador escravizado, em plano secundário na narrativa, aparece desfrutando autonomia.²⁶

Na UFPI, seguimos com os esforços para motivar graduandos para o mestrado em História e o tema escravidão no Piauí. Em 2011, consegui duas orientandas, fruto de investidas em iniciação científica e Pós-Graduação *latu senso*. Convém, contudo, informar que na ausência de orientandos sobre escravidão no Piauí, orientei trabalhos sobre guerra do Paraguai, atingidos por barragens e ferrovias, movimento sindical, comunidades quilombolas, religião de matriz africana e um instigante trabalho sobre as relações escravistas no Macapá. Também passei pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, no quadro permanente até 2012, onde orientei dissertações e teses no campo dos Direitos Humanos e Economia Solidária. As duas orientandas, da História, concluíram suas dissertações em 2013. Debora Laianny Cardoso Soares defendeu “(In) Justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888)”. Movida pela tese de ser possível ao escravizado o acesso à Justiça na busca de proteção e acreditando na resposta positiva do Estado, a autora finaliza o trabalho indicando outros rumos nos procedimentos da Justiça piauiense. Com habilidade para o levantamento e trato com as fontes, a autora, na verdade, acaba por (re)construir um quadro patético do judiciário que contraria qualquer tentativa de leitura apologética. O quadro apresentado, em verdade, apenas confirma as duras condições gerais de existência e trabalho dos escravizados no Piauí. Para desdita de certas interpretações, o quadro revela a precária, acintosa e assustadora ação da Justiça disponibilizada ao conjunto da sociedade.²⁷

Genimar Machado Resende de Carvalho defendeu dissertação sobre os trabalhadores escravizados da nação e educandos artífices no processo de construção de Teresina na segunda metade do século XIX.²⁸ A historiadora recupera o trabalho para a centralidade das relações sociais e, ao fazer tamanha ousadia entre jovens pares, mantém a categoria trabalho no percurso das leituras obrigatórias para quem deseja dominar o estado do tema. No texto da autora, o trabalho se constitui a base da edificação da sociedade escravista. No seu tema, esta base é precisamente literal. Tendo como fio condutor a construção dos primeiros prédios públicos em Teresina, a historiadora analisa o processo de inserção de adultos escravizados e de infante-juvenis educandos artífices nos

²⁶ SILVA, M. C. *Um caminho para o estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do estado do Maranhão e Piauí, 1600-1821*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

²⁷ SOARES, D. L. C. *(In) Justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888)*. Teresina: Edufpi, 2014.

²⁸ CARVALHO, G. M. R. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM, 2013.

serviços e suas condições de trabalho e vida na nova capital do estado, revelando que escravizados, libertos e livres pobres eram igualmente e duramente submetidos à dominação e exploração escravista.

Em 2016, Charlene Veras de Araújo, defendeu dissertação no Programa de Pós-Graduação em História, e realizou uma eficiente análise sobre a formação do mercado de trabalho tendo como referência o extrativismo no sudeste do Piauí. O texto apresenta os últimos anos das relações escravistas no Piauí e a instituição de diferentes formas de remuneração de trabalho na extração de borracha. O processo de emergência do assalariamento e as estratégias para desvalorização da força de trabalho nas propriedades remontam experiências dos trabalhadores sob a égide da escravidão, onde as relações capitalistas em formação no estado revelam a dinâmica das relações de classe e o movimento histórico de gênese da classe trabalhadora assalariada. Neste processo, a ruptura de formas de submissão e de privação de liberdade de trabalhadores surgem como condições necessárias para a emergência do assalariamento como forma predominante de relação de trabalho.²⁹

Cabe ressaltar que, em 2017, Francisca Raquel da Costa defendeu no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará a tese “*Escravidão e liberdade no Piauí Oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888)*”. Participei da banca examinadora, de qualificação e defesa, e acompanhei a construção do trabalho. A autora apresenta farto material empírico e uma análise que tramita entre aprendizagens teórico-metodológicas do mestrado e influências da micro-história. A autora introduz a temática da escravidão e liberdade na historiografia piauiense mantendo-se no campo da materialidade e das adversidades do sistema à liberdade, antes e depois das alforrias.³⁰

A produção recente de novos historiadores renova, sem dúvidas, a historiografia sobre a escravidão no Piauí, embora os idealistas diversifiquem pouco as temáticas e os olhares sobre as relações sociais de seus escritos continuem, como os de outrora, cegos para o trabalho e trabalhadores. Escravo, enquanto categoria, aparece para referenciar seus sujeitos desfrutando sociabilidades ao lado da classe senhorial e seus prepostos. Os textos e autores aqui apresentados não constituem a totalidade da produção historiográfica sobre a escravidão no Piauí; mas, certamente, são parte dos mais conhecidos. Tanto os historiadores com maturidade intelectual como os mais jovens possuem significativa produção de artigos em periódicos e coletâneas. Esta produção, se for realizado um levantamento cuidadoso, revelaria uma sistematização que

²⁹ ARAUJO, C. V. *Formação do mercado de trabalho no Piauí: a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado (1871-1930)*. 2016. 123f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

³⁰ COSTA, F. R. *Escravidão e liberdade no Piauí Oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-188)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

indicaria ser a escravidão um tema corrente e com amplo debate na academia piauiense; mas, de fato, não é. Uma pesquisa rápida me fez concluir que os poucos especialistas são os que produzem com regularidade e participam ativamente de eventos de divulgação de pesquisas e ideias. Este esforço tem mantido o tema na pauta acadêmica, mas com dificuldades. Uma delas é a perda de pesquisadores, especialmente na fase inicial de carreira; em regra, logo após a graduação. Nos últimos 30 anos, muitos graduandos, especialmente das universidades federal e estadual do Piauí, concluíram seus cursos com monografias sobre a escravidão no Piauí; entretanto, o redirecionamento de interesses tem retirado bons pesquisadores da academia ou do tema.

Sigo na Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI com sérias dificuldades de enquadramento no Programa que avança, sobretudo em decorrência da inserção de jovens doutores pesquisadores da História Cultural, para se consolidar em torno da temporalidade contemporânea e da cultura. Para muitos, parece que o passado mais distante, o materialismo, e a escravidão, definitivamente, estão fadados, quando muito, às notas, de rodapé, da história e historiografia. A investida para o domínio teórico-metodológico na academia, não somente na periférica, ganha requintes de crueldade com jovens aspirantes a pesquisadores, especialmente aqueles que se mobilizam para a temática da escravidão. O senso crítico adquirido, fragilizado pela cronologia e pelo sistema educacional, não consegue se fortalecer na pós-graduação, onde graceja o convite para a produtividade e correntes hegemônicas que abrem ou fecham portas dos Periódicos Qualis, redes de articulações e, não raro, do próprio ingresso em Programas. A perversa política institucionalizada na pós-graduação do País quando associada a comportamentos carreiristas sacraliza um monopólio do conhecimento de tal envergadura que provoca nefasto redirecionamento na forma de pensar e agir de jovens pesquisadores. Confesso que manter-se firme em meio a um quadro avassalador não é tarefa das mais gratificantes na experiência docente. Contudo, fiz da docência a mais segura das trincheiras para a luta de ideias e a defesa, em fase cada vez mais intransigente, de uma leitura crítica do passado e do presente.

Artigo recebido em 31.3.2017

Aprovado em 12.5.2017